

Oportunidade histórica 28 SET 1995

Na firme defesa que fez da política econômica do governo, durante palestra a executivos financeiros reunidos em São Paulo anteontem, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que o Brasil tem hoje uma "oportunidade histórica" para compatibilizar controle da inflação com crescimento sustentável. É essa compatibilização que permitirá a execução de políticas públicas adequadas, com a retomada dos investimentos na área social, e a consolidação da democracia.

Do ponto de vista do controle da inflação, o Plano Real apresenta, neste momento, os melhores resultados desde seu lançamento. O Índice de Preços ao Consumidor calculado pela Fipe-USP, por exemplo, deve fechar o mês de setembro com variação de 0,7%, a menor desde a chegada do Real. Alguns índices registram até diminuição média dos preços neste mês.

Essa desaceleração dos preços sem uma queda correspondente dos juros provocou, nos últimos dias, o revigoramento das críticas contra a política monetária do Banco Central, que tem mantido muito altos os custos dos financiamentos. Tanto o ministro Pedro Malan, como o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, estão reagindo com firmeza a essas críticas e têm repellido as acusações de que os juros altos são os únicos responsáveis pelas dificuldades enfrentadas por empresas, trabalhadores, consumidores e até pelo setor público, como mostram as contas dos Estados, com altos déficits e despesas crescentes, sobretudo as com o funcionalismo e com suas dividas.

Os juros altos, como parte de uma política monetária restritiva, que incluiu também a imposição de pesados compulsórios sobre as instituições financeiras e a limitação dos prazos para o financiamento do

consumo, foram importantes para assegurar o êxito, indiscutível, do Plano Real nesta primeira fase. Sem eles, não teria sido possível conter o excesso de demanda que, mesmo com a abertura das importações, não podia mais ser atendido pela oferta e acabaria matando o programa de estabilização.

Não é objetivo do governo, como têm declarado Malan e Loyola, manter os juros nos níveis em que estão e preservar para sempre as restrições ao crédito. Paulatinamente, os juros vêm caindo e as restrições vão sendo aliviadas. A velocidade, porém, será proporcional ao avanço que se fizer na direção da consolidação do Plano Real.

Tal consolidação constitui a segunda fase do Real. A primeira era essencial para o início da segunda, que é basicamente a etapa das reformas profundas, que assegurem o fechamento da principal fonte de inflação, que é o desequilíbrio estrutural das finanças públicas. Essas reformas são, entre outras, a administrativa, a fiscal e a previdenciária, além da patrimonial, que inclui a privatização.

O grande desafio que o governo enfrenta é o de fazer avançar rapidamente essas reformas, para que, na luta contra a inflação, não tenha à disposição apenas uns poucos instrumentos, como a política monetária baseada em juros altos, cuja eficácia é decrescente ao longo do tempo, na mesma proporção em que é crescente seu custo econômico, social e político.

O governo, o Congresso e a própria sociedade, que precisa cobrar dos governantes as medidas necessárias para assegurar o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida de todos, estão, como bem lembrou Malan, diante da oportunidade de mostrar se querem de fato transformar o Real numa experiência bem-sucedida ou em "algo de triste lembrança".